

**SISTEMA FAEP**



**Mala Direta  
Postal**

9912271704-DR/PR

**SENAR**

-----CORREIOS-----

# BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVIII nº 1269 - 04/08/2014 a 10/08/2014

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

**PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2014/2015**  
**Um investimento do tamanho  
do agronegócio brasileiro.**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEGREZO

**SEGURO RURAL**

**PROMESSA  
NÃO CUMPRIDA**

**CENSURA**

.....  
Governo não  
gosta de críticas

**FUNDEPEC**

.....  
Garantia  
de Sanidade

**HISTÓRIA**

.....  
O Baile da  
Ilha Fiscal

# Aos Leitores



A equivocada política econômica tem abastecido manchetes com números cada vez mais negativos e na maioria das vezes incompreensíveis para a maioria da população que está mais interessada em saber se o salário perde ou ganha do final do mês. Mas o fato é que a numerologia da macroeconomia dia mais, dia menos, vai acabar na vida e no bolso do ainda pacato cidadão nacional.

Há um tiroteio de índices do PIB deste ano, que variam de 0,9% a 1,3%, apenas o governo ainda acredita que vai superar os 2%.

O único setor que vem oferecendo números positivos na economia é a agropecuária que oferece alimentos e garante a balança comercial brasileira.

O governo obviamente tem esse retrato e deveria cumprir o que promete. É o que acontece (e se repete) com os recursos para o Seguro Rural. No lançamento do PAP 2014/15 a presidente da República garantiu que haveria R\$ 700 milhões para o seguro agrícola. O verbo no pretérito está correto: haveria, porque não apareceu. Nesta edição a posição firme da FAEP. Sabemos que ninguém tem o controle do clima, decisivo na agricultura, mas não é preciso enviar trovões antecipadamente.

## Índice

Dia do Produtor .....	03
Seguro Rural .....	04
Opinião .....	06
Fundepec .....	08
Sanidade .....	10
Pupunha .....	12
Araupel.....	16
História - O Baile da Ilha Fiscal .....	18
Senar-PR.....	20
Campeão da Soja .....	21
Pragas/Leitor em Foco .....	22
Trigo .....	23
Desafios do Agronegócio .....	24
Casa em ordem/Fundepec .....	25
Notas .....	26
Congresso do Feijão .....	27
Eventos Sindicais .....	28
Via Rápida .....	30

Fotos: CESB, Fernando Santos, Divulgação, Arquivo FAEP e Milton Dória

## Expediente

### FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |  
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | [www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br) | [faep@faep.com.br](mailto:faep@faep.com.br)

**Presidente:** Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

### SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |  
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | [www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br) | [senarpr@senarpr.org.br](mailto:senarpr@senarpr.org.br)

**Conselho Administrativo | Presidente:** Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

**Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social:** Cynthia Calderon  
**Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueiredo | **Diagramação:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

# DIA DO PRODUTOR

Vários sindicatos rurais promoveram eventos em homenagem ao Dia do Agricultor, comemorado no dia 28 de julho. Confira:



1) Em Jataizinho foi celebrada uma missa no sábado, 26 às 19h30, na Igreja Matriz da cidade, com a participação de 300 pessoas.



2) Em Mangueirinha foi organizado um café da manhã, sorteio de brindes e duas palestras. Participaram 60 produtores rurais.



3) Em Nova Aurora, no dia 26, aconteceu a 17ª edição do Café Colonial, para 600 produtores com sorteio de uma moto e show da dupla Mayck e Lyan.



4) Em Maringá o sindicato organizou almoço e bingo no dia 27, na Associação Cocamar, para 480 produtores rurais e seus familiares.



5) Na extensão de base do município de Cantagalo foi realizada a bênção de veículos no domingo, 27, na Igreja Matriz Imaculada Conceição.



6) Em Guarapuava, no dia 31, foi oferecido na sede do sindicato, coquetel aos produtores rurais com sorteio de brindes e o lançamento da exposição fotográfica "Fazendas Históricas".

# Seguro Rural

Dilma prometeu, mas... os produtores estão sem seguro agrícola



“Nós também reafirmamos o nosso objetivo, que necessariamente será crescente no futuro, de garantir e assegurar uma política de seguro rural no Brasil, ampla e consistente. Os recursos para a subvenção do prêmio do seguro rural para a próxima safra foram mantidos em R\$ 700 milhões. E eu tenho clareza da importância que essa política de seguro rural seja, reafirmo, crescente e a mais ampla possível. Nós, agora, queremos melhorar as condições das apólices colocadas à disposição dos produtores rurais e ajustar o zoneamento agroclimatológico, aproximando ainda mais da realidade da produção agrícola brasileira”.

**Discurso da Presidente Dilma Rousseff, em 19/05/2014, no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2014/15.**

A presidente praticamente repetiu o discurso feito no ano passado, em 04 de junho de 2013, no lançamento do PAP da safra 2013/2014. Ambos lançamentos desenhados com pompa e circunstância no Palácio do Planalto, com fartos elogios ao agronegócio, muitas promessas e novamente sem os recursos prometidos para o Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR). O ditado popular diz que “promessa é dívida que se paga”.

Desde o último dia 30 repousa no gabinete de Dilma, de cinco ministérios, dos deputados federais do Paraná e do presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, mais uma cobrança da FAEP sobre a omissão do governo federal na área do seguro rural. O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Ágide Meneguette, encaminhou ofício em que solicita a assinatura de decreto “em regime de urgência” para crédito suplementar de R\$ 300 milhões no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural e sua liberação imediata.

Com uma área segurada de 2,5 milhões de hectares em 2013, o Paraná é o Estado que mais acessa os recursos federais destinados ao seguro. O valor de 30,8 mil apólices alcançou R\$ 3,2 bilhões, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Neste ano, a proteção prometia fôlego extra, graças ao retorno da subvenção estadual ao produto.

O governo Dilma, sistematicamente, vem colhendo uma safra de números ruins, e a semente desse cenário é uma política econômica errática. Para a presidente, porém, quem aponta os defeitos são pessimistas militantes de período eleitoral. Não é exatamente pessimismo que exibem os interlocutores diários que congestionam os telefones do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP. Do

outro lado da linha estão produtores irritados e descrentes com uma frase na ponta da língua: “Por que não tem dinheiro pro seguro rural”.

O regime de urgência indicado pelo presidente da FAEP tem motivos de sobra, porque estamos em plena época de contratação de financiamentos da nova safra. “Em 06 de junho de 2014, esta Federação já havia comunicado ao governo federal sobre a possibilidade da falta de recursos no Programa de Subvenção ao Prêmio Seguro Rural”, argumentou Ágide.

O documento relata ainda que no primeiro semestre foram utilizados R\$ 260 milhões no programa e para o segundo semestre de 2014 estão previstos apenas R\$ 140 milhões em subvenções para os meses de agosto e setembro. Esses recursos, porém, já foram contratados no período dos financiamentos de pré-custeio da safra nos agentes financeiros.

“Diante disso, faltam R\$ 300 milhões em crédito suplementar para cumprir com a meta do próprio governo de R\$ 700 milhões, prometidos pela presidente da República no lançamento do Plano Agrícola, embora somente R\$ 400 milhões estivessem previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Sem esses recursos, os produtores ficarão sem seguro para a safra de verão de soja, milho e de frutas”, afirma o presidente da FAEP.

O seguro agrícola para cobertura de perdas da produção é de alto risco diante da possibilidade de ocorrência de catástrofes. Por isso tem um custo oneroso para o produtor, sendo viável somente com o apoio dos recursos liberados pelo governo federal no Programa de Subvenção Econômica do Prêmio do Seguro Rural, a exemplo do que acontece em outros países onde o seguro já está consolidado.

Além disso, o Tesouro Nacional ainda não pagou em torno de R\$ 237 milhões dos R\$ 557,8 milhões em operações de seguro agrícola do ano civil de 2013. Esse atraso tem se repetido nos últimos anos e foi relatado em recente auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), com a recomendação de que o governo cumpra os contratos com as seguradoras.

Dessa forma, o presidente da FAEP alerta sobre o risco de que, “numa possível catástrofe climática no Brasil, corre-se o risco de que produtores, bancos, seguradoras, fornecedores de insumos, cooperativas e toda a sociedade arquem com custos consideráveis pela falta de ação do governo federal, que não tem cumprido com o papel de apoio à agricultura”, diz o documento.

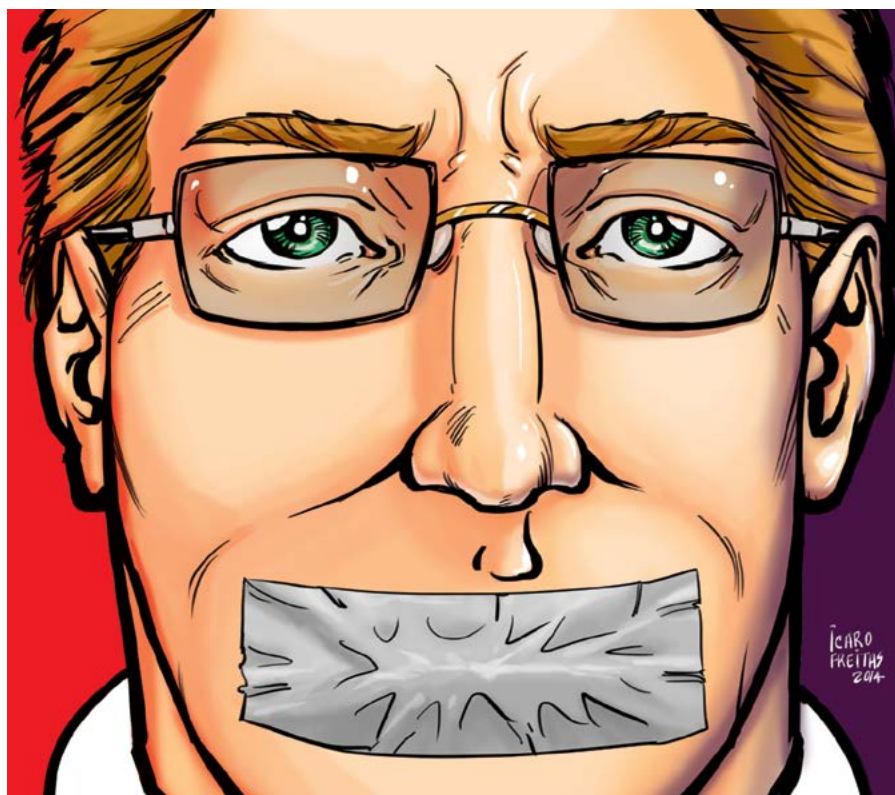
*Também foram encaminhadas cópias do ofício para o secretário-executivo do Mapa, Gerardo Fontelles; ao secretário de Política Agrícola do Mapa, Seneri Paludo e Murilo Portugal Filho (Febraban).*



# GAZETA DO POVO

## Reação autoritária

Classificar o informe do Santander de “interferência eleitoral” é completamente descabido



Quando um cliente confia seu dinheiro a um banco, o mínimo que espera da instituição e de seus funcionários é um aconselhamento sincero sobre as perspectivas da economia e as melhores formas de fazer render os recursos depositados. Aos analistas do banco cabe interpretar os sinais vindos de diversas fontes e traçar cenários com base em possibilidades futuras. Foi o que o Banco Santander fez na semana passada, quando enviou a clientes do segmento Select (com renda mensal acima de R\$ 10 mil) um informe no qual dizia que “se a presidente [Dilma Rousseff] se estabilizar ou voltar a subir nas pesquisas [de intenção de voto para a Presidência], um cenário de

reversão pode surgir. O câmbio voltaria a se desvalorizar, juros longos retomariam alta e o índice da Bovespa cairia, revertendo parte das altas recentes”. A reação a essa análise mostrou o quanto o país – ou pelo menos algumas de suas lideranças – ainda pode estar longe de um genuíno apreço pela liberdade de expressão.

O presidente do PT, Rui Falcão, deixou fluir a verve totalitária que lhe é característica e falou em “terrorismo eleitoral”. “Instituições bancárias ou financeiras não podem fazer manifestações que interfiram na decisão do voto”, afirmou. “Terrorismo econômico” foi a expressão usada pelo site Muda Mais, vinculado à campanha de Dilma Rousseff. A presidente, em sabatina a alguns veículos de comunicação, classificou o episódio como “inadmissível”. “Um país não deve aceitar uma interferência de qualquer instituição financeira de qualquer nível”, disse. O ex-presidente Lula, bem menos sutil, pediu a cabeça dos responsáveis. “Botín [Emílio Botín, presidente mundial do Santander], é o seguinte, querido: tenho consciência de que não foi você quem falou. Mas essa moça tua que falou não entende p... nenhuma de Brasil, e nada de governo Dilma. Manter uma mulher dessa em cargo de chefia, sinceramente... Pode mandar embora e dar o bônus dela pra mim que eu sei o que falo”, afirmou na segunda-feira, em evento da CUT. Na terça-feira, Botín confirmou uma demissão. Antes, o banco já tinha publicado uma nota em que, entre outras coisas, reforçava “sua convicção de que a economia brasileira seguirá sua bem-sucedida trajetória de desenvolvimento”.

## Política econômica equivocada

Classificar o informe do Santander de “interferência eleitoral” é completamente descabido. Trata-se de uma análise habitual, enviada ao mesmo grupo restrito que recebia os demais informes, e que faz parte das obrigações do banco para com seus clientes. Aliás, o texto meramente dá conta do comportamento dos mercados – basta verificar como a bolsa sobe logo após a divulgação de cada pesquisa em que a vantagem de Dilma em relação aos adversários cai. A maneira como foi escrito o relatório pode até ser questionável (embora os clientes provavelmente estejam mais preocupados com a precisão das previsões que com seu linguajar), mas é fato que a perspectiva da manutenção de uma política econômica equivocada, que está levando o Brasil a um cenário de baixo crescimento e tolerância com a inflação, causa e deveria causar apreensão não só entre os mais ricos – afinal, são os pobres os que mais sofrem com estagnação econômica e preços em alta. Análises como a do Santander fazem parte do jogo democrático, algo difícil de entender para quem não admite opiniões divergentes.

E não deixa de ser irônico o fato de o governo que acusa bancos privados de “interferência eleitoral” usar os bancos estatais para fazer política, seja usando seus lucros para ajudar a fechar as contas (como apontou relatório recente do Tribunal de Contas da União), seja usando a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil para forçar reduções de juros. Além disso, o partido que acusa o Santander de “terrorismo eleitoral” não vê problemas em frases como “Se o Aécio ganhar a eleição ele vai acabar com a conquista que se consolidou com o presidente Lula, de valorização do salário mínimo”, dita pelo presidente da CUT no evento de segunda-feira.

Na Argentina, onde o governo manipula os números da inflação, economistas já foram processados por divulgar estatísticas independentes, e a Justiça chegou a pedir dados pessoais de jornalistas que escreveram matérias sobre a alta de preços. Na sabatina de segunda-feira, Dilma prometeu “uma medida bastante séria” em relação ao Santander, sem entrar em detalhes e ressaltando que antes conversaria com a diretoria do banco. Se suas ações futuras forem guiadas pelo voluntarismo que ela deixou transparecer na reação ao episódio, será preciso lembrá-la de que o Brasil é uma democracia cuja Constituição felizmente impede qualquer medida de caráter ditatorial.

Editorial de O Globo – 30.07.2014

### Reação violenta de Dilma, PT e Lula à análise do Santander sobre pesquisas eleitorais lembra críticas à imprensa no mensalão e levará bancos a praticar a autocensura

“Podia-se creditar apenas ao estado de nervos no núcleo da campanha da presidente Dilma a reação violenta dela, do seu partido e do ex-presidente Lula à análise feita para clientes preferenciais do Banco Santander em que altas da Bovespa são relacionadas a pesquisas eleitorais negativas para o projeto da reeleição.

Mas a explicação para reação tão violenta não é conjuntural. O vozerio petista tem a ver com o cacoete autoritário de frações hegemônicas no partido contra a liberdade de expressão. Mesmo de departamentos de análise de instituições financeiras, as quais, daqui para frente, praticarão a autocensura, como foi obrigada a fazer a imprensa durante a ditadura militar. Talvez este seja o objetivo da resposta petista em unísono”.



**Dilma Rousseff:**  
**“É sempre preferível o ruído da imprensa livre do que o silêncio da ditadura.”**

(Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura da 15ª Conferência Internacional Anticorrupção (IACC), em 07/11/2012)

# Fundepec: a garantia da sanidade



Todos os meses, em uma das edições deste Boletim (veja pg.25), é publicado o balanço do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundepec) contendo o histórico dos recursos disponíveis e das aplicações/repasses efetuados.

O Fundepec foi criado em 14 de novembro de 1995, reunindo instituições privadas representativas de produtores rurais e da indústria, para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da pecuária, posteriormente estendido para a produção vegetal e viabilizar ações de defesa sanitária no Paraná. Esse trabalho se acentuou no segundo governo Jaime Lerner (1998-2002), quando a secretaria da Agricultura foi ocupado por Antonio Poloni.

Ele teve a ousadia de criar uma taxa paga por vacinação de animal para formar um fundo permanente que garantisse a indenização a produtores em caso de surtos de doenças. Desde então, não apenas bovinocultores, mas produtores de suínos, ovinos, caprinos e aves, sabem que na eventualidade de surtos de doenças ocorrerá o pronto pagamento da indenização por animal sacrificado desses rebanhos. Isso também evita que ocorrências sejam mascaradas e, desta forma, as consequências ampliadas.

Exatamente esse caráter de “fundo garantidor” foi o motivo

da assinatura, no último dia 31, pelo governador Beto Richa, da lei que torna os recursos da instituição perenes. Em quase duas décadas os recursos privados e de repasses públicos foram administrados com seriedade. Isso levou a Assembleia Legislativa a aprovar a lei. No texto a responsabilidade da administração dos recursos do Fundo, hoje cerca de R\$ 52 milhões, é exclusiva de seu Diretor Executivo, o médico veterinário Ronei Volpi, e do presidente do Fundepec, Ágide Meneguette.

Na assinatura da lei, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, lembrou que essa reserva financeira administrada pelo Fundepec “foi fundamental para mostrar à OIE (organismo mundial de sanidade animal) que o Paraná tinha condições de ser considerado área livre de aftosa com vacinação”. Ágide agradeceu ao secretário Norberto Ortigara, da Agricultura, pelo encaminhamento do projeto de lei; aos deputados da Assembleia Legislativa que compreenderam o alcance da proposta, e a sanção da lei pelo governador Beto Richa.

“Tornar perene este fundo garantidor é um ato importante para o desenvolvimento de nossa agropecuária e um testemunho perante o mercado – interno e externo – que o Paraná leva à sério a sanidade animal”, afirmou Ágide no Palácio Iguazu, onde ocorreu a sanção da lei.





do governo atual.

Para o secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, “essa lei é uma condição importante para demonstrarmos que temos condições de enfrentar qualquer desafio e condição necessária para reconhecimento do Paraná como área livre de qualquer coisa, como quem sabe, pleitear, em 2016, o reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação”.

## Cargos e concursados

No evento foi sancionado o projeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras de agência de Desenvolvimento Agropecuário (Adapar). Para o secretário de Agricultura, Norberto Ortigara

“os direitos concretizados por essa lei proporcionarão a valorização e a motivação aos servidores da Adapar demonstrando inequivocamente a importância que o estado dá ao serviço da defesa agropecuária”.

Da mesma forma, foi anunciado o início imediato da chamada dos aprovados no concurso para fiscais da Adapar e na sequência a reposição de profissionais da Emater que hoje tem 43 escritórios sem funcionários. “É um passo importante, mesmo com as nossas dificuldades, para tornar mais eficiente o serviço e proteger a produção paranaense de proteínas animais e vegetais que agrega valor à indústria e está presente em 170 países”.



## Terceiro no ranking

Em seu pronunciamento, Ágide lembrou que o Paraná está em terceiro lugar no ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros, elaborado e divulgado pela consultoria britânica EIU (Economist Intelligence Unit) em parceria com o brasileiro CLP (Centro de Liderança Pública). “Isto também é resultado da forma como o governo tem sido conduzido e da contribuição dos setores produtivos como a agroindústria”, afirmou.

“Nosso governo, pelo espírito democrático, está muito sintonizado com os interesses dos paranaenses e muito ligado às entidades que representam cada setor da economia, disse o governador Beto Richa. Ele reconheceu a agropecuária como base da economia paranaense e salvação da balança comercial brasileira. “A participação desse setor é cada vez mais expressiva pelo baixo rendimento da economia nacional”, complementou.

O governador também lembrou as dificuldades de ordem financeira quando assumiu o governo. “Pegamos o estado com R\$ 4, 5 bilhões de dívidas, somente de PASEP, foram oito anos que não recolheram o que gerou uma dívida de um R\$ 1 bilhão que estamos parcelando’.

Equipamentos as 30 patrulhas do campo, cada uma composta por 14 maquinários adquiridas pela Codapar e o marco de 2,5 mil quilômetros de estradas rurais recuperadas, uma forte reivindicação do setor e dos prefeitos fazendo uma melhor ligação da cidade com o campo foram citados como exemplos de ações

# Balanço positivo

Paraná realiza o maior programa de rastreabilidade de leite do país



No balanço preliminar dos primeiros 59 dias do Programa Estadual de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PECEBT), desenvolvido pelo governo do Estado, os números confirmam a receptividade dos produtores rurais e dos laticínios. Dos 269 estabelecimentos ativos, que recebem e processam leite “in natura” no Paraná, 252 ou 93% apresentaram relatórios sanitários de fornecedores de matéria-prima exigidos pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), responsável pelo monitoramento e fiscalização dos rebanhos.

“Eu avalio como ótimo o envolvimento dos produtores e laticínios nessa campanha. Demos o primeiro passo para tornar o Estado área livre de Brucelose e Tuberculose. Mas temos que estar cientes que o processo é contínuo e permanente”, afirma o diretor presidente da Adapar, Inácio Afonso Kroetz.

De acordo com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab) - responsável pelo pagamento das indenizações aos produtores que tiveram que abater animais com laudo positivo para tuberculose – até 29/07, 806 animais foram abatidos e o montante desembolsado com indenizações aos produtores foi de R\$ 744.394,48.

“Com esse programa será mais fácil comercializar para os mercados mais exigentes”.

Os recursos para indenizar os produtores rurais são do Fundo de Equipamento Agropecuário do Paraná (Feap). Segundo a resolução nº 02 de 30/01/2014, o cálculo da indenização considerará um rendimento de 50% do peso vivo, em arrobas do animal sacrificado, multiplicado por 70% do preço da arroba do boi gordo para abate divulgado pelo Deral.

Até o dia 29/07 foram diagnosticados positivamente 1.309 animais. Desse total, 440 animais foram diagnosticados com brucelose, que não cabe indenização.

Apesar da adesão dos laticínios e produtores, o presidente da Adapar alerta: “O processo de erradicação principalmente da tuberculose leva tempo. Não conseguimos isso de um ano para outro, estamos falando de cinco anos pra frente. Tanto a brucelose como a

tuberculose são doenças recorrentes. A bactéria fica no ambiente da propriedade, e ainda há o risco da bactéria entrar de novo através de vários vetores ou até mesmo da água”, lembra Kroetz.

É importante que o produtor entenda que essas doenças são comuns tanto ao homem como aos animais e quanto mais tarde for iniciado o processo de controle mais difícil ele fica. “A doença vai criando um ciclo e se não houver tratamento ela se generaliza”, diz.

Kroetz afirma que este é o maior programa de rastreabilidade do leite no Brasil. “Em breve o Paraná estará produzindo mais matéria-prima do que consome e poderá exportar esse excedente. Com esse programa de rastreabilidade do leite será mais fácil comercializar para mercados mais exigentes. Eu acredito no progresso desse processo”, finaliza.



## Estrutura para o programa

A Adapar dispõe de um cadastro com 759 médicos veterinários em todo o Estado habilitados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em conjunto com a Adapar, para fazerem os exames de tuberculose. Para conseguir esta habilitação esses profissionais passam por um curso de capacitação, fornecido por universidades, como se fosse uma especialização. Depois devem montar uma infraestrutura para executar os exames. Essa estrutura tem que ser vistoriada e aprovada pela Adapar e a portaria de habilitação é emitida pelo Mapa.



## Insumos para exames

A Adapar também registrou um aumento na demanda por insumos utilizados pelos veterinários para executar os exames. Em outubro de 2013 a agência registrou a aquisição de 60 mil doses/mês. Em maio desse ano esse volume pulou para 220mil/mês, um aumento de 366%.

“Esse volume não representa o número total de exames realizados, pois ocorrem perdas de insumos no momento da aplicação, frascos são quebrados, retestes são feitos em um mesmo animal em caso de resultado inconclusivo, mas o crescimento no número de exames realizados foi muito significativo e expressivo”, explica a médica veterinária e coordenadora do Programa Estadual de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose da Adapar, Mariza Koloda.

**O número de animais examinados saltou de 18 mil em 2012 para 40 mil só nos primeiros seis meses de 2014. Um aumento de 122%.**

Mariza conta que em algumas regiões do Estado foi registrada demora na entrega desses produtos como, por exemplo, Ponta Grossa. “Quanto ao número de animais examinados, podemos afirmar que aumentou significativamente em relação aos anos anteriores. Em 2012, por exemplo, eram examinados em torno de 18 mil animais/ano. Esse ano nos primeiros seis meses o número chegou a 40 mil”, finaliza.

# Em vez da Juçara, a pupunha

O clima quente e úmido da região do litoral forma o berço desejável para a palmeira de pupunha



Valdemar Korn, pioneiro no cultivo de pupunha em Guaratuba

Os espaços limitados impostos pelas leis ambientais que regem a Mata Atlântica foram dominados no litoral paranaense principalmente pelas plantações de bananas. Em outros, nas entranhas da Serra do Mar, volta e meia, são ainda detectados os chamados “palmiteiros”, gente que insiste em derrubar as juçaras de forma ilegal, cuja haste produz palmitos de boa qualidade. O resultado invariavelmente são denúncias e cadeia aos culpados. Atualmente a legislação permite a extração do produto, mas depende da liberação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), um processo longo que pode levar até cinco anos.

Diante disso, uma boa alternativa vem se acentuando nos últimos anos nessa região, cujo eixo vai de Garuva (SC) até Gua-

tuba (PR), num trecho em que as divisas paranaense/catarinense se confundem até Guaraqueçaba. O clima quente e úmido forma o berço desejável para as chamadas palmáceas e lá se sobressai a pupunha, que concentra uma plantação de quatro milhões de pés.

A presença de oito indústrias de beneficiamento do produto na região favorece ainda mais o cultivo das plantas rústicas, cujo manejo é simples e não exige grandes investimentos. É o que avalia o produtor Valdemar Korn, pioneiro no cultivo de pupunha na comunidade de Cauvi, em Guaratuba, a 20 quilômetros de Garuva.

O catarinense descendente de italianos e alemães chegou na região em 1972, quando começou o plantio de bananas em uma

área de 22,4 hectares, mas em 1998 “descobriu” a pupunha. Importou mudas da Amazônia e plantou os pioneiros 500 pés da palmácea. A grande vantagem é que ela começa a dar retorno econômico já a partir do segundo ano, quando é feito o corte das primeiras hastes. “Se formos comparar com as palmeiras real e juçara, por exemplo, a pupunha perfilha (quando se formam várias hastes numa mesma planta), planta-se uma só vez e colhe-se por muito tempo. No caso das outras espécies, a planta morre com a primeira colheita”, compara.

A cultura exige cuidados principalmente até a planta soltar as folhas entre oito e 12 meses. Nesse período, as palmeiras estão suscetíveis ao ataque de pragas, como a broca da bananeira e o fungo antracnose. Outra exigência da plantação é manter o terreno limpo, sem nenhuma planta estranha por perto, além de uma adubação reforçada com sulfato de amônia. “Um manejo bem feito garante quatro cortes durante o ano”, observa.

A recomendação é que a plantação seja feita em linha reta numa média de dois metros de largura por um metro de comprimento entre os pés. “O ideal é que o plantio ocorra em setembro durante a primavera”. Hoje a área de pupunha na propriedade de Valdemar soma 22,4 hectares e 200 hectares destinados ao plantio de banana. “O preço da pupunha está muito bom e se tornou mais rentável”. Atualmente, uma cabeça (haste) com 900 gramas, como é popularmente conhecida entre os produtores, custa entre R\$ 3,50 e R\$ 4,50.

Desanimado com a plantação do palmito Juçara, Joaquim Jardel Sales, da comunidade de Morro Grande, entre Garuva e Guaratuba, há 20 anos decidiu plantar pupunha para diversificar as atividades na propriedade de 200 hectares, onde também cultiva banana e aipim. No Sítio Morro Grande, ele e a esposa, Rosária Terezinha Ortiz, tomam conta de 200 mil pés de pupunha em 40 hectares. “Enquanto o Juçara pode ser colhido após o sexto ano de plantação, eu colho a pupunha em 18 meses de plantação”, compara. Há três anos, instalou na propriedade uma cozinha industrial para vender o palmito embalado ao comércio local. Três vezes por semana, o casal vai até Guaratuba e comercializa a pupunha em tolete, rodela e picada nos restaurantes, lanchonetes e mercados do município.

A produção gira em torno de 200 mil cabeças por semana. “A pupunha está agradando a todos os paladares e a vantagem em relação às outras variedades de palmito é que ela não oxida, ou seja, não fica escura. Sem contar que o produto fica bom de qualquer jeito, seja na salada, assado ou cozido”. O sabor é um pouco diferente do cobiçado palmito da Mata Atlântica: in natura; o pupunha é mais doce (embora em conserva essa característica seja atenuada). Além disso, como a pupunha não escurece após o corte, é possível que o produtor faça o produto minimamente processado, oferecendo-o como hortaliça fresca.



Joaquim Jardel Sales



O produtor Noberto Pabst, Sebastião Bellettini e Amilcar Santos

## A pupunha no Paraná

O coordenador da regional da Emater em Paranaguá, Sebastião Bellettini, explica que a extração intensiva de palmáceas nativas pertencentes ao gênero *Euterpe*, como a juçara (*Euterpe edulis*) oriunda da Mata Atlântica, na década de 70 quase provocou a extinção da palmeira. “Diante disso, os órgãos ambientais impuseram normas severas para o seu cultivo e extração, necessitando de licença de corte e transporte. Isso acabou sendo um desestímulo no cultivo da juçara”, argumenta.

Com o objetivo de preservar o palmito juçara, nativo da região Sul do Brasil e também buscar novas alternativas de renda para os agricultores e industriais da região litorânea, os órgãos de pesquisa e extensão como o Instituto Paranaense de Extensão Técnica e Assistência Rural (Emater), a Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa), o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) e universidades foram em busca de novas espécies produtoras de palmito, entre elas a pupunheira.

Cirino Correa Júnior, coordenador estadual do Projeto Palmáceas da Emater, conta que a cultura foi introduzida no Paraná em 1994, quando chegaram 1.200 mudas procedentes da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Jaboticabal. Depois disso, foram instaladas cinco unidades de demonstração no litoral e no Vale do Ribeira. “Dessa forma conseguimos dar início a atividade e produzir conheci-

mentos sobre a cultura. A partir de 2001, a Emater, junto a Embrapa, o Iapar e universidades iniciou pesquisas em grande escala sobre o cultivo de pupunha. Essa parceria resultou na publicação de três livros sobre a cultura”, informa Cirino.

O cultivo da pupunha envolve 1,3 mil agricultores no litoral e nas regiões Norte e Noroeste do Paraná, com uma produção anual de cinco milhões de hastes de palmitos. A região litorânea atinge uma área com quatro milhões de pés de pupunha e concentra aproximadamente 400 produtores.

Hoje, 13 agroindústrias processam o palmito dessa palmeira para produção de conservas em todo o Estado. Desse total, cinco estão instaladas nas regiões Norte e Noroeste, segundo dados divulgados pela Emater.

## Mercado promissor

Segundo Bellettini, a tendência é que o consumo de pupunha aumente nos próximos anos. “O Brasil é um dos maiores produtores e consumidores de palmito no mundo. Há algumas indústrias que já estão trabalhando com 50% de ociosidade. É uma cultura que certamente vai expandir”, diz.

Pelas suas contas, o custo para produzir um hectare de

pupunha gira em torno de R\$ 11 mil. “Por ser uma espécie que perfilha a sua colheita é feita pelo menos três vezes ao ano, por um período de aproximadamente 15 anos ou mais. Depois da primeira colheita (18 meses), o produtor poderá ter uma renda bruta em aproximadamente R\$ 12 mil ao ano por hectare, com uma renda líquida em torno de R\$ 6 mil por hectare ao ano”, calcula acrescentando que as mudas custam entre R\$ 1,20 e R\$ 1,50. Todos os produtores da região contam com a assistência técnica da Emater e as mudas podem ser compradas em viveiros espalhados pela região litorânea.

## Tudo é transformado

Os frutos, ricos em vitamina A e em amido (carboidratos), podem ser consumidos ao natural, cozidos em água ou fermentado na água para refresco. Deles, ainda pode se obter vinho, vinagre, manteiga, azeite, além de excelente farinha para consumo ao natural ou o preparo de mingaus, bolos e outros pratos. Do mesocarpo, ou seja, da polpa dos frutos preparam-se picles. As folhas, o tronco, inclusive os frutos, são usados na ração animal. Do tronco pode-se extrair a celulose. Sua madeira também é aproveitada por ser de grande resistência e elasticidade. A parte apical, de onde se extrai o palmito, é macia e de sabor suave. Por aqui, a maior parte de cultivo não é para a produção de frutos e sim de palmito.

## Região litorânea

Assim como as plantações de palmito Juçara encolheram, os bananais na região de Guaratuba também perderam espaço aos pés da Serra do Mar. O custo da mão de obra influenciou a redução. Em 2008, a área destinada à cultura na região de Paranaguá, que inclui Guaratuba, somava 9.957 e atingiu 4.512 hectares em 2012, de acordo com dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab). E a geografia também complica: “Tem produtor que possui plantação entre Garuva e Guaratuba e enfrenta problemas porque cada Estado possui uma lei ambiental. Por exemplo, há produtos utilizados aqui, mas que o uso não é permitido em Santa Catarina ou vice-versa”, explica o técnico agrícola Amilcar Santos, da regional da Emater em Guaratuba.



## Suzana e a irrigação

Na região Norte, no Sítio São João, a 35 quilômetros de Cianorte, a produtora Suzana de Souza Fernandes, 72 anos, cultiva pupunha e café em 6,6 hectares. A primeira lavoura do palmito Suzana plantou junto a cinco produtores há 15 anos, e, ao contrário da região litorânea, onde a água é abundante, a produtora utiliza um sistema de irrigação por gotejamento nas plantações de 10 mil pés de pupunha em 2,4 hectares, separadas em duas áreas na propriedade.

A cada quatro meses, Suzana realiza os cortes nas plantações de vários tamanhos e idades. E remete à indústrias de beneficiamento do produto em Antonina e Santa Catarina, além de alguns revendedores na região. “No caso dessas empresas na região litorânea, elas mandam uma equipe e realizam a colheita nas minhas plantações. Hoje estou recebendo R\$ 2,50 por haste, com uma média de 900 gramas”, revela.

# O protesto pela invasão da Araupel

Presidentes de entidades enviam carta ao governador do Estado



Os presidentes das principais Federações e Associações do Paraná encaminharam carta ao governador Beto Richa, solicitando providências para restabelecer a ordem social no Sudoeste do Estado, quebrada pelo Movimento dos Sem Terras (MST).

Os membros do Movimento invadiram área de propriedade da empresa Araupel voltada para os setores de reflorestamento e beneficiamento de madeira, localizada entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu.

A Araupel representa quase 50% da economia local, emprega mais de 1.000 pessoas, movimentando significativo valor financeiro, principalmente entre pagamentos de salários de funcioná-

rios, fornecedores locais e tributos.

Em razão da invasão, a empresa protocolou, perante o Juiz de Direito da Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná, competente ação de reintegração de posse, com pedido liminar, pedido este deferido pela MM. Juíza de Direito, titular daquela Comarca, e ainda não cumprido.

O texto das entidades “exige ação enérgica para restabelecer a ordem social na região, evitando ainda possíveis danos irreversíveis àquela coletividade, inclusive se imprescindível o uso de força policial, para que se cumpra a determinação judicial, desta forma resguardando direitos, a ordem social e o Estado Democrático de Direito”.



## A íntegra do texto

Curitiba, 24 de julho de 2014.

Ao Excelentíssimo Senhor

Carlos Alberto Richa

Governador do Estado do Paraná.

Senhor Governador:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, mais uma vez acontece no Paraná uma invasão de terras em grandes proporções, eivada de condicionantes políticas. São terras pertencentes à empresa Araupel, situada entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu.

É uma empresa de capital brasileiro, que possui florestas próprias, atuação global, com atividades voltadas para os setores de reflorestamento e beneficiamento de madeira, com destaque nas exportações de molduras, painéis, componentes de móveis, portas e escadas. Propicia inúmeros empregos e importante volume de arrecadação ao Estado.

Em razão da invasão, a empresa protocolou, perante o Juízo de Direito da Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná, competente ação de reintegração de posse, com pedido liminar, pedido este deferido pela MM. Juíza de Direito, titular daquela Comarca, e ainda não cumprido.

O direito da Autora da Ação – direito de propriedade – é consagrado pela Constituição da República, em seu artigo 5º, inciso XXII, que garante e compreende o direito de usar, gozar, usufruir e dispor do bem objeto dela, bem como de reavê-lo de quem injustamente o esteja possuindo.

Além da violação e agressão à referida norma fundamental, o que por si só é suficiente para medidas de ordem judicial, a invasão poderá atingir significativamente a coletividade e a economia da região. A Araupel representa quase 50% da economia local, emprega mais de 1.000 pessoas, movimentando significativo valor financeiro, principalmente entre pagamentos de salários de funcionários, fornecedores locais e tributos.

Ademais, esta é a quarta invasão de terra sofrida pela empresa nas últimas décadas no Paraná, sendo que dois terços de sua área já foram desapropriados para fins de reforma agrária, resultadas nos assentamentos Irene Alves, Marcos Freire e Celso Furtado, que juntos compreendem o maior assentamento da América Latina.

Diante do exposto, inclusive objetivando cessarem

atitudes e métodos absurdos, utilizados por movimentos desestabilizadores do Estado Democrático de Direito, que levam pessoas a cometerem atos de desatino, pedimos a Vossa Excelência ordene às autoridades policiais do Estado que cumpram a medida de desocupação e reintegração de posse determinada pelo Poder Judiciário.

Desta forma, Vossa Excelência estará cumprindo imperativo da administração pública, que exige ação enérgica para restabelecer a ordem social na região, evitando ainda possíveis danos irreversíveis àquela coletividade, além de: (I) coibir ato revestido de ilicitude jurídica, à margem da lei e empreendido com emprego arbitrário de força; (II) resguardar direitos fundamentais, expressos em nossa Carta Magna; (III) preservar a segurança jurídica, sustentáculo vital do Direito; (IV) assegurar a eficácia das ordens emanadas pelos Poderes Públicos; (V) respeitar o princípio da independência e harmonia dos Três Poderes; (VI) manter condições de segurança para o crescimento e manutenção de investimentos e atividades produtivas, e assim ao próprio desenvolvimento do Estado; (VII) conservar a empresa no Paraná.

Diante o exposto, as Entidades adiante nominadas e subscritas solicitam a Vossa Excelência que ordene a tomada das providências necessárias, inclusive se imprescindível o uso de força policial, para que se cumpra a determinação judicial, desta forma resguardando direitos, a ordem social e o Estado Democrático de Direito.

Respeitosamente,

João Paulo Koslovski  
Presidente da FECOOPAR

Darci Piana  
Presidente da FECOMÉRCIO

Edson Luiz Campagnolo  
Presidente da FIEP

Ágide Meneguette  
Presidente da FAEP

Rainer Zielasko  
Presidente da FACIAP

Sérgio Malucelli  
Presidente da FETRANSPAR

Edson José Ramon  
Presidente da ACP - Associação Comercial do Paraná

# O ÚLTIMO BAILE DO E (NO) IMPÉRIO



De 3 a 5 mil pessoas participaram do mais famoso baile da história do Brasil, há 125 anos, em 9 novembro de 1889, e simbolizou a ostentação da monarquia. O local foi a Ilha Fiscal que pode ser vista hoje por quem chega por via aérea ao Rio de Janeiro, ou destacada na Baía da Guanabara. Ficou conhecido pela história como o Baile da Ilha Fiscal.

Comida e bebida fartas, 50 cozinheiros e 150 copeiros para administrar 800 kg de camarão, 300 frangos, 500 perus, 64 faisões, 10.000 litros de cerveja, 304 caixas de bebidas diversas, doces, sanduíches, uma beleza.

Duas orquestras tocaram por toda a noite enquanto os convidados dançavam valsas e polcas e perambulavam pela ilha especialmente decorada, iluminada e enfeitada com balões venezianos, lanternas chinesas, vasos franceses e flores brasileiras. Vários e inúmeros móveis foram especialmente trazidos para festa, principalmente para decorar e ambientar os salões mais reservados ao Imperador Dom Pedro II e a Princesa Isabel.

Os convites entregues aos convidados eram luxuosos e carregavam ostentação desnecessária, mas usual para a época ou

para o tipo de evento a que os organizadores se propunham. Seu articulador foi o Visconde de Ouro Preto, Presidente do Conselho de Ministros, equivalente à Primeiro Ministro.

Porque tanto luxo e fartura?

O motivo alegado para o baile era a diplomacia envolvendo uma homenagem aos oficiais do navio chileno “Almirante Cochrane”.

Entretanto, alguns interpretam também como se o Baile fosse uma demonstração de força ou tentativa de promover e revigorar a Monarquia, que ainda tinha bastante apoio popular, mas encontrava crescente e forte oposição política. A oposição vinha de setores tidos tanto de progressistas como de setores retrógrados e reacionários. Existia a insatisfação nos círculos militares nacionalistas e progressistas, e também a oposição por parte de políticos republicanos. Havia a perda de prestígio do Imperador devido à abolição da escravatura em 1888, e assim os setores que eram contrários à abolição da escravatura se voltaram contra a Monarquia.

O Imperador Pedro II era tido como um homem extremamente culto, sério e íntegro. Historiadores dizem que ele próprio se considerava um cientista, muito interessado nos avanços tecnológicos da

época e trouxe estes avanços para o Brasil. Além do mais, Pedro II era um homem que realmente gostava do Brasil, tinha uma visão de progresso e preocupação com a defesa e autonomia do país. Era popular, regularmente concedia audiência para cidadãos comuns.

Muitos políticos e apoiadores apostavam em sua continuidade e no regime Monárquico Constitucional. E para promover a Monarquia, apostaram neste baile, que na verdade não foi uma aposta, porque foi um divisor de águas para os indecisos ou que tinham menos prestígio e não foram convidados. Se sentiram melindrados ou desprestigiados. Para os inimigos, o motivo que faltava para justificar o fim da Monarquia Constitucional.

À mesma hora em que se acendiam as luzes na ilha os republicanos reuniam-se no Clube Militar, presididos pelo tenente-coronel Benjamin Constant, para maquinar a queda do Império. “Mais do que nunca, preciso sejam-me dados plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com sua honra e sua dignidade”, discursou Constant na ocasião, tendo como alvo o “primeiro ministro” Visconde de Ouro Preto.

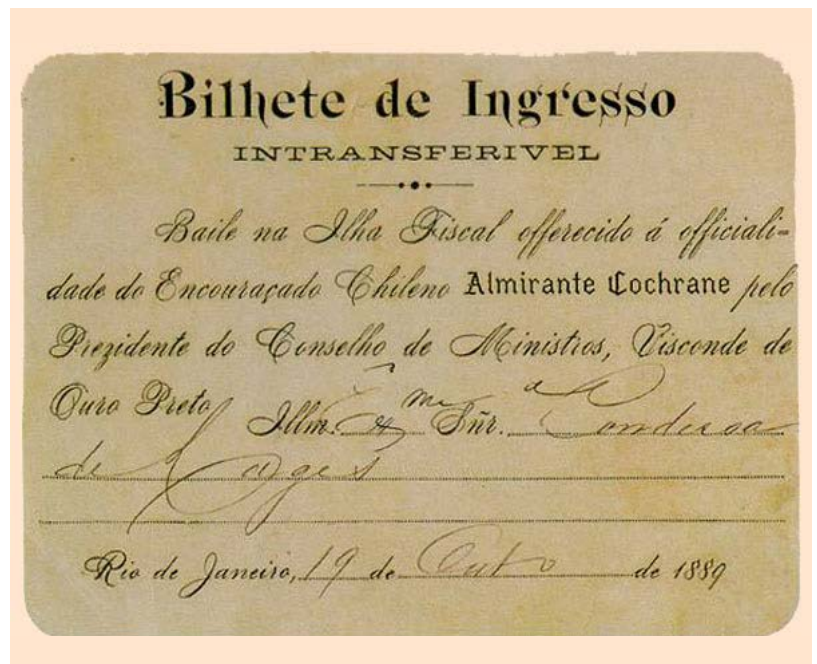
Além da insatisfação do exército e de outros fatores, pesava o fato de Pedro II ter como legítima herdeira ao trono a Princesa Isabel casada com um Conde francês, o Conde D’Eu. Tudo se somava aos questionamentos contra a legitimidade da Monarquia e sua continuação.

A pompa e excentricidade do Baile Fiscal serviu como o derradeiro pretexto para o fim da Mo-

narquia Constitucional Parlamentarista e Proclamação da República.

Alguns historiadores registram que logo após a chegada da família real, D. Pedro II, ao entrar no salão do baile, desequilibrou-se e levou um tombo. Foi amparado e ao recompor-se, exclamou: “O monarca escorregou, mas a monarquia não caiu!”. O imperador pouco se divertiu, ficou sentado o tempo todo e foi embora à 1h da manhã, sem jantar.

Seis dias depois, em 15 de novembro de 1889, caía a Monarquia e era proclamada a República em que vivemos até hoje.



## “Paz e prosperidade ao Brasil”



No dia seguinte à proclamação da República foi organizado um governo provisório, que deu 24 horas para Dom Pedro I (1825-1891) deixar o país. Dom Pedro de Alcântara embarcou com a família para Portugal, chegando em Lisboa no dia 7 de dezembro e seguiu para a cidade do Porto, onde a imperatriz morreu no dia 28 do mesmo mês. Pedro, com 66 anos, seguiu sozinho para Paris, onde fica hospedado no Hotel Bedford.

Exilado, o imperador passou seus últimos dias na França, sem recursos e escrevendo em um diário a possibilidade de retornar ao Brasil. Em 5 de dezembro de 1891, Dom Pedro II faleceu, vítima de uma pneumonia. Em um registro de suas últimas palavras, o imperador destituído afirmava: “Deus que me conceda estes últimos desejos – paz e prosperidade para o Brasil”. Seus despojos voltaram ao Brasil em 1921 durante as comemorações do centenário da independência, em 1922. O momento foi descrito como a reconciliação entre o Brasil republicano e seu passado monárquico. O historiador Pedro Calmon descreve, em um trecho de seus textos, a seguinte frase: “Os velhos choravam. Muitos ajoelhavam-se. Todos batiam palmas. Não se distinguiam mais republicanos e monárquicos. Eram brasileiros”.

# Para pequenos reparos

O novo curso de soldador será oferecido no CTA de Ibiporã

O SENAR-PR vai oferecer, a partir de janeiro de 2015, mais uma opção de curso aos produtores e trabalhadores rurais: Soldador – básico em soldagem.

O curso terá carga horária de 24 horas e foi criado a partir da solicitação e sugestão dos produtores rurais que participaram de outros cursos da instituição.

“A proposta não é formar um soldador profissional e sim habilitar o produtor ou trabalhador rural a fazer pequenos reparos de solda na propriedade, em dispositivos de máquinas e implementos agrícolas, portões, grades e outras estruturas metálicas”, explica o engenheiro florestal e técnico do SENAR-PR, Néder Maciel Corso.

Para oferecer o novo curso, o SENAR-PR está equipando o Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) de Ibiporã, com máquinas de soldagem (inversoras) e esmerilhadeiras, materiais de consumo (diferentes tipos de eletrodos revestidos, discos e chapas metálicas) e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Corso esclarece que, inicialmente, o curso de soldador será oferecido apenas no CTA de Ibiporã.

Para adequar o ambiente do CTA às exigências técnicas e de segurança do curso, o SENAR-PR realizou um primeiro piloto no período de 22 a 24 de julho com a participação de produtores e trabalhadores rurais. No período de 05 a 07 de agosto será feito um segundo piloto e de 18 a 23 de agosto, a formação a formação de quatro instrutores, com carga horária de 56 horas. Nessa etapa o SENAR-PR contratou o Núcleo de Ensino de Solda Paranaense (NESPR) para a realização dos pilotos e o curso de formação.



## EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Para oferecer o curso dentro de um ambiente seguro e atendendo as normas de segurança o SENAR-PR adquiriu um kit de EPI's composto por 12 itens. Corso lembra que para participar do curso o aluno deve usar calçado de segurança com solado reforçado, e uma série de outros dispositivos de segurança, todos com o Certificado de Aprovação (CA) com garantia de qualidade do Ministério do Trabalho e Emprego, como:

1. Touca de soldador;
2. Máscara de solda com carneira;
3. Protetor facial  
(para trabalho com esmerilhadeira);
4. Máscara respiratória com válvula;
5. Filtros para máscara de solda  
(nº 10 e 12);
6. Lente incolor transparente;
7. Avental de raspa  
(tipo Barbeiro);
8. Par de luvas de raspa cano longo;
9. Jaleco;
10. Óculos incolor;
11. Par de perneiras de raspa de couro;
12. Protetor auditivo descartável.

# O campeão



José Carlos Sandrini, o Ministro da Agricultura Neri Geller e Alexandre Seitz

Entre 1.055 propriedades avaliadas em todo o país, o descendente de alemães, Alexandre Seitz, de Guarapuava, recebeu, no último dia 24 de julho, em Brasília, o prêmio de campeão nacional de produtividade de soja pelo Comitê Estratégico Soja Brasil (Cesb). Ao lado do consultor José Carlos Sandrini Júnior, ele colheu 117,3 sacas da oleaginosa por hectare, batendo o recorde nacional. A premiação faz parte do Desafio Nacional de Máxima Produtividade da Soja – Safra 2013/2014, promovido pelo Cesb. Pelo segundo ano consecutivo, o Paraná está no topo da disputa pela produção recorde de soja.

Do total de 1,1 mil hectares na propriedade, Alexandre reservou um talhão de cinco hectares que manejou de forma diferenciada com um cuidado especial no cultivo da soja. Em relação à genética, escolheu variedades de alto potencial produtivo graças ao fato da cooperativa da região (Cooperativa Agrária Agroindustrial) ser mantenedora de uma fundação de pesquisas (Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária - Fapa). Quando se trata da adubação, reforçou o uso do nitrogenado na base e somou 400 quilos por hectare - o dobro do volume utilizado no restante das lavouras. “Coloco o nitrogenado para a planta ter um arranque maior”, diz Sandrini. Posteriormente, foi usada suplementação foliar, além de um produto que estimula o crescimento da planta.

Seguindo o be-a-bá das práticas tradicionais, como o plantio direto, atenção com a rotação de culturas e manutenção da cobertura vegetal no solo, Seitz fez o plantio com espaçamento reduzido para 22,5 cm. Dessa forma, melhorou o arranjo espacial das plantas e ajudou a elevar a população das cultivares.

“É viável”, avalia o agricultor Seitz, que pretende a partir da próxima safra implantar a estratégia em outras partes da lavoura. “O custo-benefício é a rentabilidade. O custo acaba sendo rateado em três, quatro anos.”

*\*Com informações do site Globo Rural e o jornal A Gazeta do Povo*

## Desafio

Há sete anos o Comitê Estratégico Soja Brasil (Cesb) promove o Desafio Nacional de Máxima Produtividade da Soja. O concurso é dividido em duas categorias, soja irrigada e soja não irrigada. As premiações são divididas em municipais, regionais e nacional. Neste ano, Seitz recebeu como prêmio uma viagem técnica aos Estados Unidos com todas as despesas pagas.

# Olho no milho voluntário



O produtor que adota nessa safra o sistema de produção com a soja RR seguida do milho safrinha RR terá um novo desafio: controlar a presença de milho voluntário RR. Também conhecida como uma planta “gua-xa”, o vegetal voluntário é uma erva daninha que cresce a partir de sementes derrubadas pela cul-

tura anterior. Segundo o pesquisador Fernando Adegas, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o milho voluntário RR se tornou um problema por ser uma planta competitiva que provoca perdas na produtividade da soja, além de apresentar resistência ao herbicida glifosato utilizado nas duas culturas. “A presença de duas a quatro plantas por metro quadrado pode levar a uma redução de até 50% na produtividade da soja”, explica.

O pesquisador orienta os produtores a utilizarem a aplicação de outros herbicidas ao combate da planta invasora, como gramínicidas. “O ideal é fazer o controle antes da semeadura ou logo após a emergência da soja, quando as plantas do milho estão pequenas”, observa. Além disso, outra opção de manejo é capinar as ervas daninhas quando estiverem pequenas. “A eliminação deve ser feita quando as plantas ainda estão pequenas porque quando elas crescem o manejo se torna mais difícil”, comenta.

Na avaliação de Fernando, com o aumento na utilização de cultivares RR, o problema de manejo de plantas voluntárias pode se tornar maior ainda nos próximos anos. “A gente colhe soja e já planta milho ou vice-versa e as variedades geneticamente modificadas criam resistência à aplicação de herbicidas. Diferente dos Estados Unidos, por exemplo, como há neve no inverno, a tecnologia RR não apresenta, de forma agravada, esse problema. Por isso, os produtores devem pensar e planejar o sistema de manejo”, avisa.

O problema das culturas voluntárias em meio à lavoura comercial não é exclusivo do sistema de produção milho-soja. Em regiões onde o sistema de produção engloba algodão, milho e soja também há relatos das plantas invasoras.

## Leitor em Foco

A foto é de **Tom Marroni**, de Engenheiro Beltrão (PR) e mostra uma figueira centenária formando uma espécie de portal para as pessoas, principalmente da comunidade de Vai quem Quer.

# Produtores temem prorrogação da isenção de importação de trigo



Não bastasse as incertezas com o clima, a grande preocupação dos produtores de trigo aumentou com as notícias recentes sobre o interesse da indústria na prorrogação da isenção da TEC de 10%. A isenção termina em 15 de agosto, de acordo com a Resolução nº 42 da Câmara de Comércio Exterior (Camex), e a medida em si não representa redução de preços ao consumidor final. Uma nova prorrogação desse prazo, porém, representaria uma intervenção indevida e desnecessária do governo federal, com efeitos nefastos para o mercado de trigo.

Muitos moinhos já estão estocados de trigo e entre agosto e novembro os produtores estarão em plena colheita da safra nacional, necessitando comercializar a produção para quitar os financiamentos em bancos e fornecedores de insumos. “Qualquer movimento da Camex em prorrogar o referido prazo representará maior depreciação dos preços pagos aos agricultores, significando desestímulo ao plantio do cereal na próxima safra e o retorno de índices inflacionários aos consumidores no próximo ano”, lembrou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, em ofício enviado ao Mapa e a outros ministérios (\*).

Diante das perspectivas negativas para a comercialização do produto no segundo semestre, Ágide solicitou as seguintes medidas:

- Manutenção do prazo de isenção da TEC, considerando que a partir de agosto os trabalhos de colheita começam a se intensificar no Paraná e a maior disponibilidade do produto deve pressionar os preços médios recebidos pelos produtores.

- Planejamento de recursos para a utilização dos mecanismos de apoio à comercialização para 1,5 milhão de toneladas de trigo no Paraná.

A safra nacional de trigo no período 2014/15 deve totalizar 7,3 milhões de toneladas segundo estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). No Paraná, a produção estimada é de 4 milhões de toneladas, segundo a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab). O plantio da cultura já terminou no Estado,

tendo início a colheita e a comercialização a partir de agosto.

Com os preços médios indicando redução, os produtores paranaenses seguem preocupados com a comercialização da safra. O plantio foi realizado com elevados custos de produção, que subiram em média 17% em relação à safra passada, segundo dados da Conab.

O preço médio atual é de R\$ 628,33 por tonelada, segundo a Seab, para um custo de produção de R\$ 665,33 a R\$ 727,16/tonelada na safra 2014/15, conforme levantamento da Conab. Com a isenção da Tarifa Externa Comum (TEC), preços internacionais em queda, boas perspectivas de produção no Mercosul e o início da colheita no Paraná, a expectativa é de que os preços médios recebidos pelos produtores cheguem a valores inferiores ao preço mínimo de R\$ 557,50 por tonelada. As estimativas dos analistas indicam que o estoque final do produto pode chegar a 3,54 milhões de toneladas na safra 2014/15.

(\* MAPA, MDA, FAZENDA, CASA CIVIL, PLANEJAMENTO, MDIC.

# 10 desafios para o agronegócio brasileiro

Durante o seminário “Biotecnologia e Inovação”, organizado pelo jornal Valor Econômico, em São Paulo, Maurício Antônio Lopes, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) apontou os desafios que o agronegócio brasileiro precisa superar nos próximos anos.

De acordo com ele, ser capaz de prever o futuro por meio do uso de novas tecnologias é o caminho para tomar decisões mais acertadas. “A biotecnologia encontrou terreno fértil no Brasil, quando o país fez a opção por um modelo de desenvolvimento agrícola baseado na ciência”.



**Os desafios a serem superados com ajuda da tecnologia:**

## 1) Estresses hídricos

De acordo com dados da ONU, 70% da água do planeta é destinada à irrigação agrícola, indispensável para as lavouras. “Diante dessa dependência, contribuir para a prevenção de crises hídricas é algo que deve fazer parte da rotina do produtor”, diz Lopes. Além do uso consciente de água, ele recomenda a opção por Sistemas de Plantio Direto, que aumentam a infiltração de água no solo e reabastecem os lençóis freáticos.

## 2) Mudanças climáticas

Para acompanhar a instabilidade do clima, ele aconselha o uso de ferramentas para diminuir perdas na lavoura. Saber que vai haver uma geadada ou um período prolongado de seca é fundamental no cenário em que vivemos hoje. Serviços de meteorologia e a agricultura de precisão são tecnologias chave para o produtor não ficar refém das adversidades climáticas.

## 3) Emissões na agropecuária

Ao lado da necessidade de abastecer a população mundial e atender sua demanda por alimento, está o compromisso de praticar ações sustentáveis”, diz Lopes. Nesse contexto descarbonizar a produção agrícola passou a ser ainda mais importante.

## 4) Desperdício de alimentos

Segundo a FAO, 30% dos alimentos produzidos anualmente no mundo são desperdiçados. Solucionar esse gargalo também é papel do setor agrícola, responsável pela produção, transporte e comércio de alimentos.

## 5) Mão de obra no campo

O Brasil também lida com a falta de mão de obra no campo e com a necessidade de mecanizar as lavouras. Precisamos tornar o trabalho rural atrativo para os jovens e capacitá-los para exercer funções técnicas.

## 6) Nutrição e saúde

Frente ao problema da subnutrição e da obesidade, a alimentação como forma de prevenir doenças também tem estado em pauta. Cabe ao setor agrícola apoiar políticas públicas pelo consumo de alimentos saudáveis e de qualidade.

## 7) Segurança biológica

No mercado de importações e exportações a preocupação com a biossegurança é inevitável. Há necessidade de estarmos a par das leis do país e investir no controle de pragas e contaminantes.

## 8) Energia

No caso do agronegócio, a produção de energia é um mercado com amplas possibilidades e que precisa receber a devida atenção. As oportunidades vão desde a produção de biocombustíveis até a obtenção de energias limpas, como a biomassa.

## 9) Preocupação social

Mais do que um provedor de alimentos para a cidade, o campo é a casa de milhares de brasileiros. “Sendo que nosso objetivo deve ser sempre proporcionar qualidade de vida para essas pessoas e lutar por sua inclusão social”, lembra Lopes.

## 10) Turismo rural

Comparando o potencial brasileiro ao de países europeus, o presidente da Embrapa também destacou a possibilidade de aumentar investimentos no turismo rural que, segundo ele, ainda é subaproveitado no país.

**Fonte: Globo Rural**



## As palestras da Casa em Ordem

Informações necessárias para a compreensão dos direitos e deveres através da legislação. Esse é um dos objetivos da palestra “Casa em Ordem”, que apresenta uma série de orientações sobre decretos, portarias, instruções normativas, e as vantagens de se fazer parte de um Sindicato Rural. Confira a programação dessas palestras no mês de agosto que serão ofertadas para as turmas dos participantes do Programa Empreendedor Rural (PER). As palestras são ministradas pelo consultor da FAEP, Dalton Raserá.

Cidade	Data	Locais palestras CASA EM ORDEM
S. J. do Patrocínio	05-ago	ACIPA Ass. Servidores Públicos - Estrada Circular s/nº
Francisco Beltrão	07-ago	Colégio Agrícola de Francisco Beltrão
Marmeleiro	08-ago	Sindicato Rural de Marmeleiro
Dois Vizinhos	09-ago	UTFPR Campus Dois Vizinhos - Linha São Cristovão
Arapoti	11-ago	Sindicato Rural de Arapoti
Ibiporã	12-ago	Sindicato Rural de Ibiporã
Uraí	12-ago	Sindicato Rural de Uraí
Astorga	13-ago	Cooperativa Nova Produtiva Av. Rio de Janeiro
Cafezal do sul	14-ago	Biblioteca Cidadã Claudionor do Anjo Silva
Maringá	16-ago	Sindicato Rural de Maringá

## Informe

### FUNDEPEC-PR

### SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 30/06/2014



HISTÓRICO/CONTAS

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS /BANCÁRIAS
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	24.178.496,97	-	2.341.952,64	-	30.817.882,67
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	2.542.386,06	-	181.518,99	-	14.894.792,89
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	2.496.642,07	-	-	-	6.321.176,70
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	102.268,61	-	-	-	179.591,39
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	10.131,24	-	-	-	15.969,85
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	127.008,59	-	-	-	211.016,50
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	-	-	-	*141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	*141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.744.182,00</b>	<b>4.624.105,00</b>	<b>141.031,00</b>	<b>29.595.614,63</b>	<b>**542.225,27</b>	<b>2.664.502,63</b>	<b>77.567,43</b>	<b>52.362.862,57</b>
<b>SALDO LÍQUIDO TOTAL</b>								<b>52.362.862,57</b>

#### NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 13º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00 | 14º - 06/08/2013 >> R\$ 4.624.105,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (\*)

3) Setor de Bovídeos (\*\*)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da subconta do Setor de Bovídeos e creditado para subconta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette

Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi

Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt

Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



## Plantadores de cacau provam chocolate pela primeira vez

O vídeo bombou na Internet e o site da Revista Época repercutiu, merecidamente a matéria do canal do Youtube Metropolis. Composto de repórteres e cineastas independentes, o Metropolis descobriu que os plantadores de cacau da Costa do Marfim nunca haviam experimentado um chocolate. E foram apresentá-los ao doce.

Aquele país africano é um dos maiores produtores de cacau do mundo e a maioria dos trabalhadores que cuida do cultivo não sabe qual o gosto do chocolate. Alguns sequer sabem qual o destino das sementes de cacau que secam em seus quintais: “Francamente, eu não sei o que eles fazem com as sementes de cacau”, diz Alfonse, um dos pequenos produtores entrevistados no vídeo. “Eu só estou tentando me sustentar”.

O preço é proibitivo: uma barra de chocolate custa em torno de 2 euros. Os plantadores ganham cerca de 7 euros por dia. Chocolate é um luxo.

## Software para controle de verminoses em ovinos

A Embrapa Pecuária Sudeste lançou um software que vai ajudar os produtores a identificar os fatores na propriedade que podem aumentar a proliferação de vermes em ovinos. Trata-se do Sistema para Análise de Risco de Desenvolvimento de Resistência Paritária a Anti-helmínticos em Ovinos (Sara), gratuito, online e de fácil utilização. A verminose ainda é um dos grandes desafios da ovinocultura e um dos maiores problemas enfrentado pelos produtores. Os prejuízos vão desde gastos na compra de vermífugos até a perda de animais.

Para acessar a ferramenta, basta entrar no site <http://tecnologias.cppse.embrapa.br/sara> preencher um cadastro com dados gerais sobre a propriedade, como o tamanho do rebanho e o manejo dos animais. Depois dessa etapa, será disponibilizado um questionário a ser respondido online. Ao final do preenchimento, o resultado será apresentado em forma de relatório com recomendações de manejo na propriedade do produtor e orientações para o controle de parasitas e de utilização racional de anti-helmínticos. De acordo com a pesquisadora, Simone Cristina Méo Niciura, a tecnologia, além de ter impacto na melhoria do manejo, pode reduzir o uso de medicamentos veterinários. Mais informações no site [www.embrapa.br/pecuaria-sudeste](http://www.embrapa.br/pecuaria-sudeste)

**Embrapa SARA** Software para Análise de Risco de Desenvolvimento de Resistência Parasitária a Anti-Helmínticos em Ovinos

- Para que serve o software SARA?
- Como funciona o software SARA?
- Informações sobre resistência parasitária
- Publicações técnicas
- Serviço de Atendimento ao Cidadão
- Iniciar a avaliação

# A vitrine do Feijão

Congresso discutiu os avanços tecnológicos da cultura



No momento em que os produtores estão frustrados com os baixos preços do feijão, a cadeia produtiva se reuniu durante o 11º Congresso Nacional de Pesquisa de Feijão (Conafe), realizado na terceira semana de julho, em Londrina. Apesar dos preços abaixo do mínimo, o encontro realizado pelo Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) foi uma vitrine tecnológica do setor. Em torno de mil pessoas entre produtores, pesquisadores, professores de universidades e alunos estiveram no evento, onde acompanharam as inovações tecnológicas no cultivo do feijão.

Segundo Vania Moda Cirino, uma das coordenadoras do Conafe, foram expostos 389 trabalhos científicos por estudantes de todo o país. Esse número demonstra envolvimento de instituições de ensino nas discussões sobre feijão e promete resultados no longo prazo. O encontro discutiu diversos assuntos, como sistemas de produção, as principais doenças na cultura, além de novas oportunidades do mercado e avanços tecnológicos. De acordo com Vania, inovações tecnológicas para produção de sementes de feijão foi um dos temas apresentados durante o encontro.

Hoje, um dos grandes desafios é a qualidade sanitária das sementes que estão disponíveis no mercado. “Os agricultores

não têm uma oferta suficiente de variedades que são desenvolvidas pela pesquisa. É comum ver produtores utilizando grãos ao invés de sementes para estabelecer suas lavouras, o que traz riscos como maior infestação de doenças e falta de pureza genética na propriedade”, avalia. O evento, realizado a cada três anos no país, ocorre pela segunda vez no Paraná. O próximo Conafe será realizado em Piracicaba (SP), a data ainda vai ser definida.

## A cultura no Paraná

O Estado é o maior produtor nacional de feijão, com 24% do volume total produzido no país. Na última safra, a produção fechou em torno de 900 mil toneladas em uma área de 500 mil hectares. Só como análise comparativa, há 30 anos, o volume girava em torno de 500 mil toneladas em uma área maior, de 700 mil hectares. Na primeira semana deste mês, os preços da saca da leguminosa estavam abaixo do mínimo: com um preço mínimo de R\$ 95,00, a saca do feijão carioca estava cotada a R\$ 62,51 e a saca do feijão preto a R\$ 93,53 (preço mínimo de R\$ 105).

## CIANORTE



## Comida oriental

Nos dias 30 e 31 de maio, o Sindicato Rural de Cianorte realizou em parceria como SENAR-PR, o curso de produção Artesanal de Alimentos – Comida Oriental. Participaram 15 produtoras rurais como o instrutor Sergio Kazuo Kawakami.

## CAP. LEÔNIDAS MARQUES



## Empreendedor Rural

A Regional do SENAR-PR de Matelândia, em parceria com a Prefeitura de Capitão Leônidas Marques e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do mesmo município, organizou mais uma turma do Programa Empreendedor Rural. A turma é composta por um grupo de 16 produtores e trabalhadores rurais e o instrutor é o Luiz Antônio Tiradentes.

## MARILÂNDIA DO SUL



## Aplicação de Agrotóxicos

O Sindicato Rural de Marilândia do Sul realizou de 24 a 26 de junho, no salão do sindicato, o curso de Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – integrado de agrotóxicos - costal manual e tratorizado de barras - NR 31. Foram atendidos 11 produtores rurais com o instrutor Jair Telles de Proença.

## MARMELEIRO



## JAA

O Sindicato Rural de Marmeleiro organizou, em parceria com o Colégio do Campo de Bom Jesus, mais uma turma do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA). No dia 11 de junho, a turma de 12 alunos participou de uma visita técnica ao pomar da propriedade de Walter Krause. A turma foi acompanhada pela instrutora Nágila Lavorati.

## PALMITAL



## Inclusão digital

O Sindicato Rural de Palmital, em parceria com o Tele Centro do Colégio Municipal da Comunidade, ofereceu o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrosilvipastoris - inclusão digital – básico. Participaram do 14 produtores rurais com o instrutor Sandro Pio Passarin. As aulas aconteceram na comunidade Fazenda Grande. Os participantes já agendaram a continuidade do curso com o módulo avançado para dezembro de 2014.

## SERTANÓPOLIS



## Ag. de precisão/ agrotóxicos

Dois cursos foram oferecidos pelo Sindicato Rural de Sertanópolis: Trabalhador na Agricultura de Precisão – introdução, de 09 a 11 de junho, com 10 produtores rurais, coordenado pelo instrutor Carlos Eduardo Pinto Lima Graziano. E nos dias 24, 26 e 27 de junho o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - integrado de agrotóxicos - costal manual e tratorizado de barras - NR 31. Nesse curso participaram 13 produtores rurais com o instrutor Aeslandio Antonio Figueira

## TIBAGI



## Colhedora

O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com a Fazenda Rincão Comprido, realizou nos dias 10 e 11 de julho, o curso de Operação e Manutenção de Colhedora - New Holland - básico. Participaram 15 produtores e trabalhadores rurais com o instrutor José Augusto Adaghinari Olzewski.

## IBIPORÃ



## Roçadeira

O Sindicato Rural de Ibitoprá ofereceu nos dias 09 e 10 de junho o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Roçadeiras - roçadeira profissional. Participaram 15 produtores e trabalhadores rurais com o instrutor Eder Alves Arias.

# Uma simples foto



Fotografia: Gabrielle Pérsio

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: [imprensa@faep.com.br](mailto:imprensa@faep.com.br) com seu nome e endereço.

## Cada uma!

- A tênia, um verme que pode viver no sistema digestivo humano, pode atingir quase 23 metros de comprimento.
- A Terra tem 4,56 bilhões de anos, a mesma idade da Lua e do Sol.
- Quando uma pulga salta, a aceleração à qual ela se submete chega à 20 vezes a de um ônibus espacial durante o seu lançamento.
- Astronautas não conseguem arrotar quando no espaço – não existe gravidade para separar os líquidos dos gasosos em seus estômagos.



## Consumo indevido

Onicofagia é o singular de hábito de roer unhas adotado não só por crianças, mas também jovens e adultos. O hábito (ou mania) está ligado a um estado psicoemocional de ansiedade e é considerado como reflexo de desajustes emocionais. Pode ainda causar danos estomacais e intestinais (piriri) em quem ainda por cima não lava as mãos e as unhas.

## Morfina

Depois do invento da agulha hipodérmica, durante a Guerra Civil americana (1861-1865), as injeções de morfina passaram a ser indispensáveis para a realização de intervenções cirúrgicas. Durante a 1ª Guerra Mundial, a empresa farmacêutica Squibb desenvolveu um método que permitia a aplicação de doses controladas da droga aos soldados feridos para diminuir a dor. A morfina então se espalhou como forte anestésico.



## Emails

O sinal @, chamado pelos brasileiros e portugueses “arroba”, para os norte-americanos e ingleses é “a”, aos italianos “chiocciol” (caracol), para os franceses “arobase”.



## Loura Policial

Uma loira se candidata ao cargo de auxiliar de delegado. O delegado pergunta na entrevista:

- Quanto é 1 + 1?

- Onze, diz a loira.

E o delegado segue a entrevista...

- Quais são os dois meses que começam com M?

- Mês que vem e mês passado.

Irritado com o raciocínio da loira,

o delegado lança um desafio:

- Quem matou Getúlio Vargas?

- Não sei.

- Bom, vá para casa e tente descobrir. Diz o delegado.

Chegando em casa, a mãe da loira pergunta:

loira pergunta:

- Como foi lá na delegacia, minha filha?

A loira responde:

- A entrevista foi ótima! Primeiro dia de trabalho e já estou investigando um homicídio!

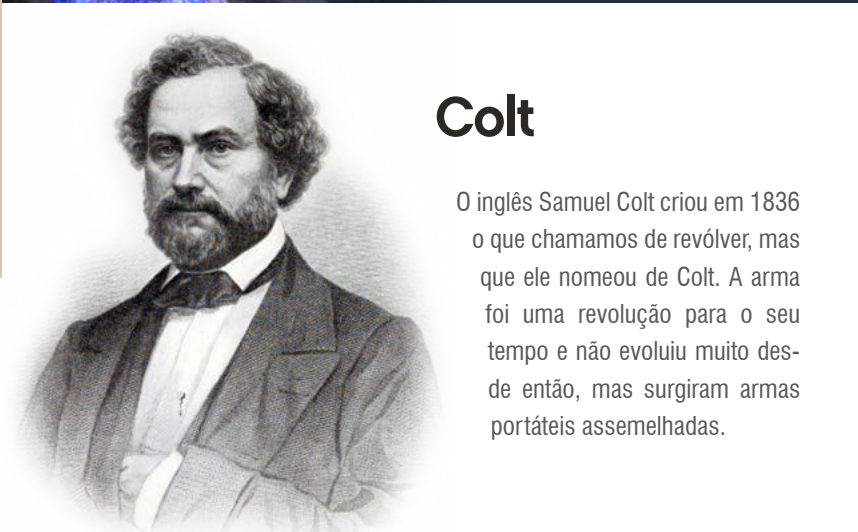
## Boeingzão

O Boeing 797 que a empresa pretende lançar será capaz de transportar até 1.000 (mil) passageiros, com autonomia para 10 mil milhas (16 mil km), a 1.060 km/h, com 33% a menos de gasto de combustível em relação à maior aeronave em funcionamento atualmente.



## Bicho brabo

O casuar, uma ave da Oceania, pode passar de 1,5 metro de altura e pesar cerca de 60 quilos. Ele tem um gênio terrível e, quando fica zangado, parte com tudo para cima do seu oponente. Suas principais armas são o bico afiado e as garras pontiagudas. Com 1,70m e 60kg de pura malvadeza, o Casuar é a segunda mais pesada e a terceira ave mais alta, só perdendo dos avestruzes.



## Colt

O inglês Samuel Colt criou em 1836 o que chamamos de revólver, mas que ele nomeou de Colt. A arma foi uma revolução para o seu tempo e não evoluiu muito desde então, mas surgiram armas portáteis assemelhadas.



## Buuuummmm!!!

Quando o vulcão Krakatoa, na Indonésia, entrou em erupção, em 1883, a força de sua explosão foi tão grande que pode ser escutada à mais de 7.700 quilômetros de distância, na Austrália.



## Cadeira Elétrica

A cadeira elétrica como mecanismo de execução da pena de morte já fora pensada pelo próprio Thomas Alva Edison. O inventor da lâmpada elétrica colocou à disposição de Harold P. Brown um equipamento com o qual foram feitas as primeiras experiências. Brown, auxiliado por Kennelly, eletricitista-chefe de Edison, fez em animais os primeiros testes com o equipamento, e concluiu que a corrente alternada funcionava melhor. O primeiro homem a ser morto na cadeira elétrica foi William Kemmler, condenado por homicídio em Auburn, Estado de Nova York, em 06 de agosto de 1890.

# O DIA DOS\$ PAIS\$

Quando você estiver lendo essas linhas, o impostômetro, genial criação da Associação Comercial de São Paulo, estará registrando que os impostos cobrados pelos governos deste país superaram R\$ 1.000.000.000.000,00 – um trilhão de reais.

Não esqueite. No ano passado atingiu a R\$ 1,7 trilhão e como todo ano batemos recordes nesse campo, nos próximos cinco meses há muitos dias para arrecadar uns 700 bilhões pela fúria tributária. Na média, cerca de 40% do valor final de um produto industrializado vai para o governo, enquanto nos Estados Unidos e China a bocado é de 20%. Até nossos vizinhos argentinos pagam bem menos, cerca de 24%.

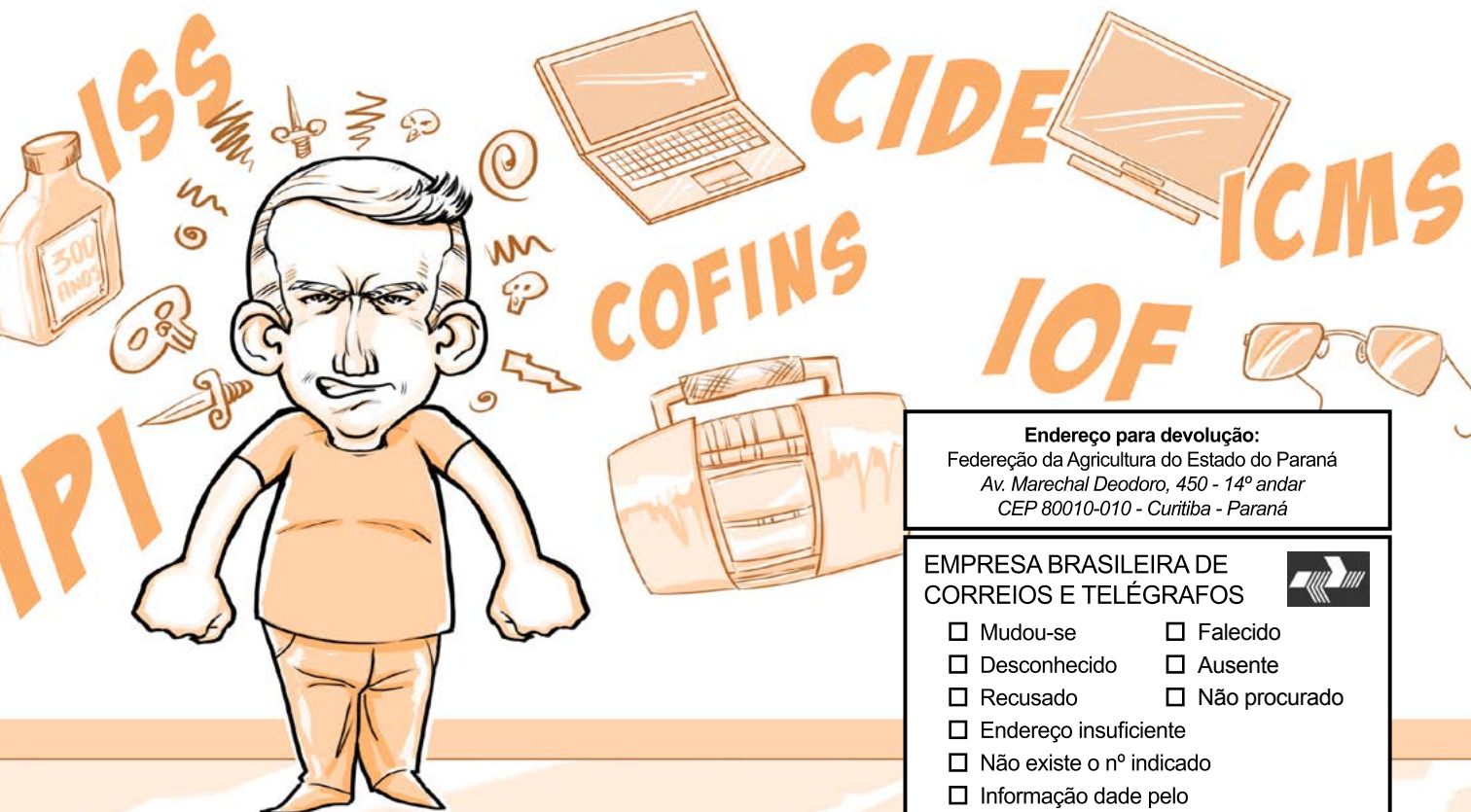
Nossos impostos são uma sopa de letrinhas IPI, ICMS, Cofins, ISS, IOF, Cide...e bata três vezes na madeira para não inventarem mais uma sigla. Neste mês você ouvirá muitos candidatos pregando a tal reforma tributária, mas é mais fácil o Brasil ganhar da seleção alemã de futebol do que isso ser levado adiante.

De qualquer forma, você tem uma data importante pela frente: o Dia dos Pais. Não fica bem dar ao velho aquele DVD do Chitãozinho&Chororô ou do Tônico e Tinoco, afinal ele está se moderni-

zando e já percebeu que existe o Youtube com vídeos de muitas novidades musicais. Também esqueça a meia de algodão para evitar frieiras ou o pijamão verde-musgo.

Ele precisa ser surpreendido com o inesperado, diferenciado. Mas o governo é diabólico, porque, para coisas inesperadas, diferentes, irresistíveis, ele aumenta sua carga tributária. Veja alguns exemplos: uísque escocês (94,25%);caixa de charutos (64,25%), garrafa de vinho (54,25%); TV de Plasma (44,9%); Laptop (38%); Aparelho de som (38%); Celular (41%); Óculos de sol (44,18%);Perfume importado (78,43%);Perfume nacional: (69,13%); Serviço de TV por assinatura (46,12%).

Não há saída. Explique ao teu pai que há piores exemplos no mundo como a Suécia onde a média de impostos é 56,6% ou a Dinamarca com 55,4%, mas não esconda que por lá a saúde, a educação e a segurança públicas são de graça e exemplares. Impostos valem o que pesam. E vá almoçar a macarronada com 18%, o frango com 17,9% e a maionese com 34% de impostos no Dia dos Pais. Ah, sim, na sobremente não comente sobre a mãe dos governos.



#### Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

#### EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Endereço insuficiente
- Não existe o nº indicado
- Informação dada pelo porteiro ou síndico
- Falecido
- Ausente
- Não procurado

#### REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável \_\_\_\_\_

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

[sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)